



REVISTA DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS

Divisão Jurídica

ISSN 2446-5127

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos | Bauru | v. 50, n.66 | p. 01-164 | jul./dez. 2016 |

REVISTA DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS (DIVISÃO JURÍDICA)

Publicação semestral do Centro Universitário de Bauru Mantido pela Instituição Toledo de Ensino (ITE)

DIRETORIA EXECUTIVA / Executive Board

Flávio Euphrásio Carvalho de Toledo

DIREÇÃO / *Direction*

Cláudia Mansani Queda de Toledo – Diretora

Roberta Cristina Paganini Toledo – Vice-Diretora

COORDENAÇÃO EDITORIAL / *Editorial Coordination*

Flávio Euphrásio Carvalho de Toledo

CATALOGAÇÃO / *Cataloguing*

Marcia Perez Viana – Biblioteca Rui Barbosa



**FICHA CATALOGRÁFICA**



Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos : Divisão Jurídica. Instituição Toledo de Ensino. -- n. 1 (1966) - . -

- Bauru, SP : a Instituição, 1966- v.50, n. 66

Semestral - ISSN 2446-5127

* 1. Direito – periódico I. Instituto de Pesquisas e Estudos.

II. Instituição Toledo de Ensino Ensino - CDU 340

CDD - 340

EDITE – Editora da Instituição Toledo de Ensino

Praça 9 de Julho, 1-51, Vila Pacífico | 17050-790 | Bauru/SP | Brasil Disponível para acesso integral e gratuito no endereço: ojs.ite.edu.br / [www.ite.edu.br](http://www.ite.edu.br)

Indexação: Portal de Periódicos da Capes, CCN. RBVI, Ulrich´s, Latindex, Library of Congress, IES (nacionais e internacionais)

NOTA: Os trabalhos assinados exprimem conceitos da responsabilidade de seus autores, coincidentes ou não com os pontos de vista da redação da Revista.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS: Proibida a reprodução total ou parcial, sem a prévia autorização da Instituição, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos ou videográficos. Vedada a memorização e/ou recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de quaisquer partes desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e §§, do Código Penal, cf. Lei no. 6.895, de 17-12-1980) com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 122, 123, 124 e 126, da Lei no. 5.988 de 14-12-1973, Lei dos Direitos Autorais).

**CONSELHO EDITORIAL / *Editorial Board***

Prof. Cícero Krupp da Luz

Faculdade de Direito do Sul de Minas

Profa. Dra. Cláudia Mansani Queda de Toledo

Faculdade de Direito do Sul de Minas

Prof. Dr. Eduardo Andrés Velandia

*Universidad Libre de Colômbia*

Prof. Dr. Flávio Luis de Oliveira

*Instituição Toledo de Ensino – Bauru/SP*

Prof. Dr. Gilson Delgado Miranda

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

Prof. Dr. Haideer Miranda Bonilha

*Facultad de Derecho de la Universidad de Costa (Costa Rica)*

*Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet*

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

Profa. Dra. Jamile Bergamaschine Mata Diz

*Fundação Universidade de Itaúna*

Prof. Dr. Marcelo Labanca Corrêa de Araujo

*Universidade Católica de Pernambuco*

*Prof. Dr. Orides Mezzaroba*

*Universidade Federal de Santa Catarina*

*Profa. Dra. Patrícia Miranda Pizzol*

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

Prof. Dr. Roberto Romboli

*Università de Pisa*

Prof. Dr. Rodrigo Perez Lisisic

*Universidade de Atacama*

Prof. Dr. Rogelio Barba Alvarez

*Universidad de Guadalajara*

Prof. Dr. Vladimir Brega Filho

*Universidade Estadual do Norte Pioneiro*

SUMÁRIO

**6** EDITORIAL

DOUTRINA INTERNACIONAL

1. **LAS GARANTÍAS DEL DEBIDO PROCESO LEGAL A FAVOR DE LOS MIGRANTES EN EL ESTADO MEXICANO**

As garantias do processo jurídico devido em favor de migrantes no estado mexicano

*Michael G. Núñez Torres*

*Alonso Cavazos Guajardo Solís*

1. **PERSECUTIO CRIMINIS A PARTIR DE LA NUEVA LEGISLACIÓN MEXICANA EN MATERIA DE JUCIOS ORALES.**

Criminis persecutio de nova legislação mexicana em juízos orais.

*Rogelio Barba Álvarez*

*María Camerina Orozco Sosa*

**54 EL DERECHO HUMANO AL ACCESO AL AGUA POTABLE: ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE SU CUMPLIMIENTO EN MÉXICO**

O direito humano à água potável: Algumas reflexões sobre o cumprimento no México.

*Rogelio Barba Álvarez*

*Mtra. Irma Salas Benítez*

**80 EL ACTO ADMNISTRATIVO EN JALISCO, MÉXICO - UNA REVISIÓN CONSTITUCIONAL DESDE LOS DERECHOS HUMANOS**

O ato administrativo em jalisco, México - uma revisão constitucional de direitos humanos.

*Bertha Alicia Esparza Hernández*

DOUTRINA NACIONAL

**102 A PROTEÇÃO ÀS PESSOAS COM FISSURA LABIOPALATINA NÃO REABILITADA ATRAVÉS DA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL**

La protección a las personas con fisión labiopalatina no reabilitada a través de la concesión de la aposentación especial

*Luiz Nunes Pegoraro*

*José Roberto Anselmo*

**117 O SISTEMA PROCESSUAL CIVIL COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO DA ELITE JUDICIÁRIA.**

El sistema procesal civil como instrumento de dominación de la elite judicial.

*Flávio Luís de Oliveira*

**143 O DIREITO SOCIAL À SAÚDE NA PERSPECTIVA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM DIREITO INDIVIDUAL, COLETIVO E EM CONSTRUÇÃO.**

El derecho social de la salud en la perspectiva de la constitución de 1988: un derecho individual, colectivo y en construcción.

*Daniela Aparecida Rodrigueiro*

*José Cláudio Domingues Moreira*

**160 DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A CRIMINALIZAÇÃO DO INVISÍVEL**

Della popolazione nella situazione street: la criminalizzazione delle invisibili

*Eduardo Henrique Lopes de Figueiredo*

*Daniela de Lima Ranieri Guerra*

**177** NORMAS DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS

*Presentación normas de papel*

*Standards paper submission*

**Editorial**

A REVISTA DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS (DIVISÃO JURÍDICA) – RIPE, que esse ano completa 50 anos, é uma publicação semestral do Núcleo de Pós-Graduação do Centro Universitário de Bauru (CEUB), mantido pela Instituição Toledo de Ensino (ITE).

O presente número é constituído por artigos oriundos de parceiros internacionais, nesse caso a Universidade de Guadalajara, celebrado com vistas à Internacionalização do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito do Centro Universitário de Bauru (CEUB), mantido pela Instituição Toledo de Ensino (ITE), que muito contribuiu para o aprimoramento dos conhecimentos gerados no respectivo Programa, o que enriqueceu incomensuravelmente a experiência de professores e alunos com vivências em e outro país do centro da Comunidade Europeia e com histórico consolidado de social democracia.

No primeiro artigo, *Michael G. Nunes Tores da* Universidad Autónoma de Nuevo León *e Alonso Cavazos Guajardo Solis da* Universidad de Monterrey*,* escreve sobre AS GARANTIAS DO PROCESO JURÍDICO DEVIDO EM FAVOR DE MIGRANTES NO ESTADO MEXICANO. No artigo realiza um estudo sobre O centenário da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos que exige uma repensação das doutrinas das instituições consagradas à luz da exigência da sociedade contemporânea.

Também Professores da Universidade de Guadalajara, *Rogelio Barba Álvarez* e *María Camerina Orozco Sosa*, escrevem sobre O CRIMINIS PERSECUTIO DA NOVA LEGISLAÇÃO MEXICANA UM JUÍZOS ORAIS. No artigo os autores classificam a persecutio criminis como uma estratégia jurídica transversal, a espinha dorsal de qualquer sistema jurídico em um Estado de direito social e democrático, mas apontam que esta questão não foi seriamente considerada pelas instituições públicas mexicanas de segurança, contrariando os princípios do artigo 21 da Constituição.

Os Professores *Rogelio Barba Álvarez e Irma Salas Benítez* da Universidade de Universidade, *Paolo Passaglia*, escrevem sobre O DIREITO HUMANO A ÁGUA POTÁVEL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CUMPRIMENTO NO MÉXICO. No artigo abordam a garantia do direito humano ao acesso à água potável e que a falta deste elemento manifesta-se, como no caso do México, em diversas circunstâncias econômicas, sociais e jurídicas que representam contextos desfavoráveis para a realização do direito.

Na sequência, *Bertha Alicia Esparza Hernández*, Professora Benemérita da Universidade de Guadalajara aborda a O ATO ADMINISTRATIVO EM JALISCO, MÁXICO – UMA REVISÃO CONSTITUCIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Afirma que dentro da supremacia que a Constituição tem e deve ter, ela se impõe como o mais alto grau dentro da hierarquia das normas, de modo que o conteúdo das leis e normas jurídicas gerais seja limitado pela Constituição.

Os Professores Luis Nunes Pegoraro e José Roberto Anselmo, do Centro Universitário de Bauru, em artigo intitulado A PROTEÇÃO ÀS PESSOAS COM FISSURA LABIOPALATINA NÃO REABILITADA ATRAVÉS DA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL demonstra que objetivo principal será analisar a possibilidade da aposentadoria especial às pessoas com fissura labiopalatina não reabilitadas, enquadrando-as como deficientes.

Na sequência, *Flávio Luis de Oliveira*, aborda em seu artigo O SISTEMA PROCESSUAL CIVIL COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO DA ELITE JUDICIÁRIA.

*Daniela Aparecida Rodrigueiro e José Cláudio Domingues Moreira* apresentam o artigo intitulado O DIREITO SOCIAL À SAÚDE NA PERSPECTIVA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM DIREITO INDIVIDUAL, COLETIVO E EM CONSTRUÇÃO. O artigo trata do direito à saúde como direito público subjetivo fundamental no contexto da Constituição Federal de 1988.

O Professor da Faculdade do Sul de Minas, *Eduardo Henrique Lopes de Figueiredo e a mestranda Daniela de Lima Ranieri Guerra* apresentam o artigo DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A CRIMINALIZAÇÃO DO INVISÍVEL, no qual o texto reflete sobre a emergência do Estado Penal em detrimento do Estado Social e o processo de criminalização dos pobres, da pobreza.

Desta feita, aspira-se poder contribuir para a reflexão e problematização dos temas tratados, bem como apresentar à comunidade acadêmica a visão de pensadores mexicanos sobre assuntos e problemas que nos parecem bastante comuns aos nossos.

Tenham todos uma boa leitura!

**Prof. Dr. Flávio Luis de Oliveira**

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito**

**Centro Universitário de Bauru – CEUB - Instituição Toledo de Ensino - ITE**